

Cuidado infantil e análise de redes sociais: uma proposta teórico-metodológica relacional

Childcare and Social Network Analysis: a Relational Methodological Approach

Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia¹

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). <https://orcid.org/0000-0002-0917-8820> amandakovalczuk@gmail.com

Resumo: Considerando o cuidado de crianças, especialmente em contextos de pobreza, é uma atividade que acontece sobretudo pela mobilização de pessoas que compõem a rede pessoal das cuidadoras, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado infantil cotidiano. Concebe-se o cuidado como uma organização social e, enfatizando o contexto brasileiro de déficit de políticas públicas para este fim, apresenta-se uma revisão bibliográfica sobre o cuidado realizado em ajudas mútuas, coletivos de bairro e circulação de crianças. Após, apresenta-se a análise de redes sociais como metodologia adequada para captar a dimensão relacional do cuidado infantil, argumentando pelo seu uso para a compreensão de como as redes sociais das cuidadoras pode influenciar as estratégias de cuidado desenvolvidas pelas famílias. Sugere-se, assim, que uma perspectiva relacional permitiria a compreensão de padrões de sociabilidade que são ativados para gerar soluções para problemas de cuidado cotidianos nas vidas das cuidadoras, e que o uso da análise de redes pode iluminar a uma importante intersecção entre organização social do cuidado e relações sociais.

Palavras-chave: Cuidado. Relações sociais. Análise de Redes Sociais. Organização social do cuidado. Políticas públicas de cuidado.

Abstract: Considering that caring for children, especially when in contexts of poverty, is an activity that depends largely on the mobilization of people who participate in the caregivers' personal network, the article proposes the use of a relational methodology, Social Network Analysis (SNA), to investigate the strategies developed by families to manage childcare in their daily lives. It conceives care as part of a social organization and, emphasizing the Brazilian deficit of care policies, it undertakes a literature review to present how care is portrayed as mutually established, collectively engendered, and circuitous. It then moves to present Social Network Analysis as a fruitful methodology to capture the relational dimension of childcare, advocating for its use in order to comprehend how caregivers' networks may influence care strategies developed within the family. It argues that a relational perspective may shed light on which sociability patterns are most commonly activated to engender solutions for childcare solutions, and that social network analysis may elucidate an important intersection between the social organization of care and social relations.

Keywords: Care. Social relations. Social Network Analysis. Social organization of care. Care policies.

Introdução

O cuidado é uma atividade variada que envolve diversos atores e instituições. No caso do cuidado de crianças, a provisão pode ser feita por creches públicas, comunitárias e privadas, além de pelos serviços socioassistenciais para as famílias. Pode, ainda, ser oferecido por meio da contratação de babás e trabalhadoras domésticas; do envolvimento cotidiano de indivíduos do núcleo familiar, comumente mulheres, para desempenhar as atividades de supervisão, alimentação e higienização de crianças; do uso de laços familiares, como avós, tios e irmãos no cuidado dos mais jovens; e do envolvimento de vizinhos, amigos e outros indivíduos da comunidade que ofereçam apoio social para este fim.

No caso das famílias de baixa renda, as estratégias que envolvem o acesso ao mercado, como creches particulares e babás, são de acesso limitado. Conforme suas possibilidades financeiras, as famílias gerenciam a satisfação do cuidado no cotidiano a partir de diferentes estratégias, nas quais o componente relacional é frequentemente central.

A forma como diferentes instituições provêm cuidado, assim como a forma como os indivíduos acessam o cuidado e dele fazem uso, constitui uma organização social (FAUR, 2009). Nessa organização, as famílias são o principal local de gerenciamento da provisão do cuidado, isto é, onde se articula o acesso às diferentes oportunidades oferecidas pelo poder público, pela iniciativa privada e por outros indivíduos que participam do seu cotidiano (ENRÍQUEZ, 2007). Em um contexto de déficit da provisão estatal como o brasileiro, a mobilização que os indivíduos fazem dos seus laços pessoais para satisfazer as necessidades de cuidado cotidianas tem especial destaque, favorecendo a aplicação de abordagens metodológicas relacionais, capazes de captar os processos dinâmicos de mobilização das relações sociais das cuidadoras.

Partindo deste cenário, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado de crianças. Argumenta-se por uma aproximação entre a sociologia do cuidado e a sociologia relacional, por meio do uso do método de análise de redes sociais, como possibilidade de compreender as formas como indivíduos organizam e viabilizam socialmente a provisão de cuidado infantil. Embora vastamente utilizada, a análise de redes não é comumente utilizada para a compreensão do cuidado por uma perspectiva sociológica. Se, por um lado, diversos estudos empíricos sobre o cuidado narram a existência de circuitos de cuidado, ajudas mútuas e circulação de crianças, evidenciando a mobilização de vínculos pessoais para sua satisfação no cotidiano, inexistem trabalhos que façam uso metodológico da análise de redes sociais para a compreensão de como estas diversas configurações de fato acontecem. O uso da análise de redes sociais para a compreensão do cuidado restringe-se sobretudo à área da saúde, da enfermagem e da atenção à dependência. Assim, a perspectiva que se pretende propor, investigando o cuidado

infantil com uso da metodologia de análise de redes, até o momento foi pouco explorada nas ciências sociais.

O artigo está dividido em três partes. Primeiro, apresenta-se o contexto das políticas públicas para o cuidado na América Latina e no Brasil, assim como o conceito de organização social do cuidado, desenvolvido para capturar as particularidades locais. Depois, expõe-se o resultado de uma revisão de literatura de caráter narrativo, apresentando estudos empíricos produzidos no Brasil sobre o cuidado de crianças, nos quais estão presentes o uso de redes sociais dos cuidadores por meio do exercício de cuidados recíprocos, da circulação de crianças, das casas de cuidado informais e dos coletivos de bairro, evidenciando o caráter relacional que o cuidado infantil assume, especialmente em contextos de pobreza. Por último, traz-se a análise de redes sociais como método de pesquisa adequado para captar a dimensão relacional do cuidado infantil. Trazendo dados iniciais de uma pesquisa empírica que aplica a metodologia, argumenta-se pelo seu uso para a compreensão de como as redes sociais das cuidadoras pode influenciar as estratégias de cuidado desenvolvidas pelas famílias.

A organização social do cuidado na América Latina e no Brasil

O cuidado consolidou-se como objeto de pesquisa na década 1970, tendo como vias de desenvolvimento duas tradições: uma anglo-saxônica e outra francesa (GUIMARÃES; HIRATA, 2020). Neste momento fundacional, o cuidado não era entendido primordialmente como uma preocupação da sociologia; era ligado à psicologia social na primeira, especialmente a partir do trabalho fundacional de Gilligan (2003), e associado à economia feminista materialista na segunda (DEPHY, 1984). Os desenvolvimentos das últimas décadas, contudo, demonstram que as teorias do cuidado dialogaram entre si ao longo do tempo, conferiram ao conceito de cuidado um caráter polissêmico e embasaram grande variedade de problemáticas sociológicas (BATTHYÁNY, 2020; GUIMARÃES; HIRATA, 2020). É um fenômeno recente o desenvolvimento de uma vertente latino-americana de estudos sobre o cuidado, na qual as particularidades do

continente, como as estratégias informais e comunitárias de cuidado, emergem com destaque. Um dos conceitos desenvolvidos por esta vertente é o de organização social do cuidado.

A organização social do cuidado busca responder à realidade latino-americana, reconhecendo a heterogeneidade das políticas sociais, os altos índices de economia informal e o déficit de políticas públicas para o cuidado na região (BATTHYÁNI, 2020, 2021). Considerar a implicação destas características ao teorizar sobre o cuidado requereu das feministas o reconhecimento da complexidade e multiplicidade de atores e instituições envolvidos na sua provisão no continente. Batthyáni (2021, p. 70) explica que, face a estas condições, ampliou-se o olhar sobre o cuidado, deslocando a análise de um eixo intrafamiliar de divisão sexual do cuidado para “[...] interrogar o papel da coletividade e dos poderes públicos nas ajudas às famílias”.

De fato, os estudos realizados sobre políticas públicas para o cuidado na América Latina indicam que inexistente uma provisão estatal de cuidados consistente nos países da região, mas apenas uma configuração dinâmica de serviços ofertados por diferentes instituições e com formas diversas de fruição por parte das famílias (BATTHYÁNY, 2021). As políticas de cuidado na região, segundo a literatura, caracterizam-se (a) pela ausência geral do cuidado no debate público e pelo seu entendimento como sendo responsabilidade privada e, sobretudo, das mulheres, refletindo um modelo familista de provisão (BATTHYÁNI, 2021; GHERARDI; PAUTASSI; ZIBECCHI; 2012); (b) quando existentes, pela adoção, por estas políticas, das mulheres como público-alvo, frequentemente reificando noções essencialistas da maternidade e do cuidado, como a ênfase no binômio mãe-filho e no período reprodutivo (ENRÍQUEZ, 2007; SORJ, 2008; SORJ, 2013; GHERARDI *et al.*, 2012); (c) pela educação básica como principal estratégia de promoção do cuidado de crianças menores de 6 anos, embora com desigual oferta de vagas em creches públicas pelo território (ENRÍQUEZ, 2007; SORJ, 2013; GHERARDI *et al.*); (d) pelas políticas de transferências monetárias e proteção à infância centradas nos programas de saúde e combate à miséria, sem que o cuidado constitua um eixo central de ação (ENRÍQUEZ, 2007); e (e) pela provisão parcial de serviços públicos de cuidado infantil, gerando a necessidade

de suprimimento desta provisão por estratégias mercadológicas, familiares ou comunitárias (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007; GHERARDI *et al.*, 2012; SORJ, 2013; GUIMARÃES; HIRATA 2020; FERNANDES, 2021).

No Brasil, o modelo de provisão do cuidado segue as mesmas tendências. Embora a Constituição de 1988 tenha marcado um novo paradigma de proteção social, não há uma política pública específica para a promoção do cuidado de crianças, adultos e pessoas com deficiência. A provisão estatal limita-se a ações desarticuladas na previdência, assistência e saúde, e a principal política de cuidado de crianças no país resume-se à educação infantil. Este déficit público reforça a estrutura familista de provisão de cuidados, segundo a qual o desenvolvimento de crianças é uma questão privada, que deve ser satisfeita dentro da família, mesmo que a custo da autonomia das mulheres.

Estudos realizados no país demonstram que a educação infantil “[...] é um mecanismo eficiente de articulação entre família e trabalho pois, além de possibilitar que as mães trabalhem, e trabalhem mais, permite uma melhor inserção no mercado de trabalho” (SORJ, 2013, p. 489). Apesar disso, dados de 2019 indicam que apenas um terço das crianças brasileiras de 0 a 3 anos de idade frequenta a creche (IPEA, 2020). Diante do cenário de subfinanciamento e baixa cobertura, além da provisão de cuidado de crianças insuficientemente desenvolvida, reforçam-se os ciclos viciosos de cuidado (BATTHYÁNI, 2021). Nestes ciclos, as famílias com melhores situações econômicas externalizam mais facilmente suas responsabilidades de cuidado com a contratação de babás e o acesso a creches privadas, e as famílias mais pobres dependem da existência de vagas nas unidades públicas e comunitárias ou da mobilização estratégias informais.

Faur oferece um conceito de organização social do cuidado que busca captar a dinamicidade da provisão de cuidado na América Latina (no caso particular da autora, localizada na Argentina e enfocada no cuidado infantil) (2009, 2012, 2019). Para ela, a organização social do cuidado consiste na “[...] configuração que se desenvolve mediante as instituições que regulam e provêm serviços de cuidado infantil e o modo como os lares de distintos níveis socioeconômicos, e seus membros, se beneficiam dele” (FAUR, 2009, p. 5). Faur (2009) entende o cuidado como parte de uma economia política de bem-estar

que produz resultados no nível da divisão de responsabilidades cotidianas dos sujeitos e na organização entre eles para satisfazer necessidades de cuidado. Sua concepção, assim, articula um nível macro, que compreende a oferta de políticas públicas e do mercado para o cuidado, e outro micro, no qual acontece a gestão cotidiana desta oferta limitada de provisão.

Neste sentido, Enríquez esclarece que é especialmente nas famílias que as diferentes provisões de bem-estar – estatal, privada, comunitária e também familiar – são organizadas. O papel das famílias é o de “[...] gerenciar práticas de distribuição de recursos procedentes do mercado, das políticas públicas e das próprias famílias” (2007, p. 24). O gerenciamento da satisfação das necessidades cuidado nas famílias é realizado pelo desenvolvimento de estratégias de cuidado. As estratégias de cuidado, nos termos de Batthyáni, Genta e Scavino (2017), são o resultado das interações entre as ações dos indivíduos e os condicionamentos estruturais e culturais que as afetam, abrangendo

[...] as escolhas das pessoas que integram os lares, mas [também] produtos da combinação de fatores de natureza estrutural divisão sexual do trabalho nos lares, posições de classe, segregação por sexo no mercado de trabalho, disponibilidade de acesso material a serviços de cuidado no mercado e providos pelo Estado, entre outras) com fatores culturais (mandatos de gênero, atitudes, valorações e normas sociais que determinam o ideal de cuidado e as pessoas ideias para exercê-lo) (BATTHYÁNI; GENTA; SCAVINO, 2017, p. 295).

As estratégias de cuidado variam no tempo e segundo a disponibilidade de provisão extra-familiar. Havendo possibilidade de acesso a vagas em creches ou de contratação de serviços privados, por exemplo, a família tende à desfamiliarização do cuidado, externalizando-o ao Estado ou ao mercado, conforme suas possibilidades econômicas (HIRATA; KERGOAT, 2007; SORJ; 2008; SORJ; GAMA, 2014; SORJ, 2013). Em contextos de retração ou insuficiência da oferta de serviços públicos, por outro lado, este gerenciamento tende a voltar-se para o âmbito familiar ou comunitário, em especial com a criação de arranjos informais de cuidado, com envolvimento de laços familiares extensos e

comunitários (MORENO, 2019; GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; BATTHYÁNI, 2021; FERNANDES, 2021).

A noção de organização social oferecida pelas teóricas latino-americanas (FAUR, 2009; ESQUIVEL *et al.*, 2012) privilegia a permeabilidade e heterogeneidade da provisão do cuidado. Ao abrir maior espaço para a captura de configurações híbridas, é mais adequada à dinamicidade do continente, onde o déficit de políticas sociais tende a gerar a articulação de setores informais para a satisfação do cuidado. Deste modo, a noção de organização social do cuidado privilegia o caráter relacional do cuidado. Considerando a possibilidade de estratégias heterogêneas para a satisfação das necessidades das famílias de cuidado de crianças, surgem possibilidades de investigação de como esse cuidado é mobilizado relacionalmente.

O cuidado em redes

Em contextos de déficit de políticas sociais para o cuidado, cresce a relevância das relações sociais para a satisfação das necessidades de cuidado de crianças. Nestes cenários, o cuidado é praticado por diversos atores que se cruzam ao longo do desenvolvimento infantil, que atuam tanto diretamente nas atividades de cuidado como na mediação do acesso aos escassos serviços públicos. São comuns a existência de práticas de caráter variável e informalizado, oscilando conforme a disponibilidade de vagas na educação infantil pública, o acesso aos serviços privados e a possibilidade de recebimento de apoio de familiares, amigos ou vizinhos.

A revisão de literatura narrativa realizada sobre o tema aponta a existência de práticas de família estendida, comunidades de cuidado divididas entre diferentes unidades familiares, exercício de cuidados recíprocos, circuitos de cuidado e circulação de crianças (FONSECA, 1995; FONSECA; FIETZ, 2018; GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; FERNANDES, 2021). Assim, o cuidado infantil pode ser articulado na informalidade dos laços sociais com familiares e outras pessoas íntimas, de forma individual e atomizada, dividindo-se entre cuidados mútuos entre parentes, vizinhos e amigos. Quanto à sua reciprocidade, pode acontecer com ou sem contraprestação, debate que

expande os limites entre intimidade, sexualidade, emoções e cuidado (ZELIZER, 2012; HOCHSHILD, 2000; HIRATA; BERGEAUD-GARCIANDÍA; 2020). Pode também acontecer de forma coletiva e autogestionada, como no caso do apoio mútuo informal entre mulheres (GAGO, 2018).

No Brasil, as redes sociais dos indivíduos cumprem um papel central na provisão do cuidado (HIRATA, 2020). O déficit da provisão pública, combinado às condições de pobreza que afetam as famílias, enseja o desenvolvimento de estratégias de cuidado que envolvem laços familiares, de amizade e de vizinhança. O cuidado viabilizado pelas redes sociais dos indivíduos é tratado na literatura brasileira com o uso das categorias “tomar conta”, “ajudas” e “viração” (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020A, 2020B; FERNANDES, 2021). Elas referem-se a diferentes arranjos que envolvem Estado, famílias, vizinhança e amizades, muitas vezes de forma sobreposta e inter-relacionada.

Guimarães e Vieira (2020a, 2020b) exploram diferentes entrecruzamentos de atores para prover o cuidado informalmente. Segundo as autoras, existem uma série de atividades de cuidado desempenhadas no cotidiano que não costumam ser categorizadas como trabalho (no sentido conferido pela perspectiva analítica da economia feminista) ou como obrigação. Realizado sob o significado de “ajudas”, o cuidado ganha novos significados. Em pesquisa etnográfica sobre famílias em situação de extrema pobreza, Guimarães e Vieira (2020a, 2020b) identificaram as trajetórias de mulheres cuja ocupação, de forma informal e descontínua, era o oferecimento de ajuda às famílias da comunidade, cuidando informalmente de crianças em troca de pequenas contribuições monetárias, favores e compensações com serviços. Os circuitos de cuidado estabelecidos nessas experiências acontecem como estratégia de sobrevivência face ao déficit de vagas em creches públicas e à limitação de acesso ao mercado. Assim, o cuidado é suprido por meio de relações sociais, em “ajudas” que servem como alternativa à escassa proteção social:

[...] uma outra fronteira de conhecimento no campo se refere à análise das formas não remuneradas de cuidado em contextos sociais em que a pobreza extrema veda aos indivíduos o acesso a formas mercantilizadas desse serviço

e onde igualmente claudicam as iniciativas de políticas públicas voltadas ao cuidado. [...] Isso já nos deixa entrever uma outra dimensão relevante: as desigualdades, notadamente as desigualdades de classe. Elas informam tanto as chances de aceder ao cuidado profissional, como o modo como se combinam e interpenetram os circuitos profissional e da obrigação, mas, e sobretudo, o vigor com que o circuito das “ajudas” aparece como promotor de alternativas de cuidado (sob diferentes e novos tipos de atividades) entre aqueles que vivem em situação de pobreza extrema e sob escassa (ou pouco efetiva) proteção da política social. (GUIMARAES; VIEIRA, 2020a, p. 10-11)

Fernandes (2021), em pesquisa etnográfica sobre o cuidado em uma favela carioca, retrata arranjos informais de cuidado semelhantes. As casas de “tomar conta” são locais onde mulheres da vizinhança cuidam informalmente de crianças da comunidade, recebendo em troca pequenas contraprestações financeiras. Diante das longas listas de espera para vagas nas creches públicas, as casas de “tomar conta” são fundamentais para viabilizar a satisfação das necessidades das famílias, isto é, para a sua “viração” no cotidiano. Nesses contextos periféricos, estratégias informais e os serviços públicos de cuidado se complementam, com fronteiras fluidas entre informalidade e institucionalidade, servindo como

[...] modelo de atenção complementar ao cuidado oferecido pela creche, pela pré-escola e pela família (avós e parentes que ficam com as crianças), indicando que mesmo em um contexto no qual é possível recorrer aos familiares ou às instituições, o acionamento de outros meios de suporte é fundamental (FERNANDES, 2021, p. 5).

Outros estudos também abordam como relações sociais são articuladas para a satisfação do cuidado no cotidiano. Moreno (2019) identifica que a delegação do cuidado ao âmbito comunitário nas camadas populares é uma estratégia recorrente, com grande parte do cuidado infantil sendo assumido pelos indivíduos nas vizinhanças. A autora, que considera esses arranjos comunitários formas de trabalho de cuidado informal, indica a existência de casas

que recebem crianças em todos os turnos do dia, incluindo a possibilidade de pernoite, de forma atender às necessidades de trabalho e deslocamento das mães trabalhadoras e periféricas. Na sua pesquisa, o âmbito comunitário se revela central no cotidiano das camadas populares. Seus resultados indicam que esse setor “[...] não é marginal e nele adquire particular relevância o trabalho de cuidado realizado pelas vizinhas” (MORENO, 2019, p. 63).

Fonseca (1995), em sua etnografia sobre criação nas famílias em extrema pobreza na cidade de Porto Alegre, identifica a existência de formas alternativas de organização do cuidado na cultura popular urbana, na qual são comuns a circulação de crianças entre diferentes núcleos familiares na vizinhança e o uso da FEBEM/FASE como instituição de cuidado. Mais recentemente, Fonseca e Fitz (2018), em um estudo etnográfico que focaliza adultos com deficiências cognitivas na mesma cidade, identificam como a família, as instituições e a comunidade interagem em diferentes redes de cuidado desses indivíduos. O que denominam “coletivos de cuidado” são arranjos de apoio social, constituindo lógicas distintas daquela prescrita pelas políticas sociais:

Nosso objetivo foi evidenciar as sutilezas e os efeitos frequentemente imprevisíveis de certos coletivos de cuidado empiricamente situados, caracterizados pela superposição da iniciativa pessoal e das variáveis de classe, gênero e geração, assim como pela solidariedade (ou debilidade) de diferentes redes de apoio formais e informais. Face aos desafios diários do cuidado de uma pessoa com deficiência cognitiva ou intelectual, pessoas como Lígia, Edna e Jurema têm há tempos analisado e, sobretudo, adaptado de forma criativa a esta complexidade. Ao traduzir suas experiências à análise acadêmica, esperamos não apenas conferir visibilidade ao frequentemente negligenciado trabalho (em grande parte feminino) necessário para promover o bem-estar dos familiares dependentes. Esperamos também ajudar planejadores e agentes da política social a balancear as abordagens normativas rotineiras que saturam manuais profissionais, e a dar valor às lógicas adaptativas que inevitavelmente constituem uma parte fundamental da sua prática (FIETZ; FONSECA, 2018, p. 236-237).

Os vínculos pessoais, portanto, surgem como questão central para análise das estratégias de cuidado cotidianas. Os estudos acima expostos demonstram que a manutenção da esfera doméstica e o cuidado de pessoas dependentes envolve uma série de atividades e processos heterogêneos realizados em rede, gerando uma complexa organização de fluxos que se distribui e articula socialmente entre famílias, instituições, vizinhanças e comunidades. É comum que relações familiares e de vizinhança sirvam como apoio na observação, alimentação e cuidado geral de crianças. Avós, tias, vizinhas e outros laços próximos familiares, por exemplo, são os vínculos mais comumente reconhecidos pelo envolvimento no cuidado da criança na família. É nessa criação de alternativas de forma relacional que se desenvolve a organização social do cuidado.

A dimensão relacional do cuidado não se limita ao cuidado direto, no qual o indivíduo realiza as atividades de alimentação, higienização, companhia, educação e brincadeiras. As relações pessoais também produzem efeitos como mediadoras do acesso dos indivíduos às políticas públicas, aproximando-os de diferentes fontes de bem-estar social, como o mercado ou o Estado (MARQUES, 2010). Relações sociais podem contribuir de forma indireta na aproximação das famílias às redes estatais, como no caso de líderes comunitários, profissionais da educação infantil e agentes de saúde que, interagindo com a família ou com a rede social da família, viabilizam seu acesso aos serviços públicos. Diante disso, a forma como as relações operam na aproximação ou distanciamento dos indivíduos às oportunidades e no desenvolvimento das estratégias de cuidado pode ser investigada por abordagens relacionais.

A análise de redes sociais (ARS) como proposta metodológica

As relações sociais entre indivíduos e grupo são uma das temáticas centrais da sociologia. Na sociologia clássica, Simmel (2009) foi pioneiro em preocupar-se sobre a compreensão das formas das relações sociais, em analogia a uma geometria da vida social. No mesmo sentido, Weber (2015) preocupou-se em definir a ação social como aquela especificamente orientada pelo comportamento dos outros, e a relação social como o comportamento pelo compartilhamento recíproco de sentido entre os agentes. A forma como as

relações sociais constituem acesso a recursos e disputas em relação a outros atores também foi trabalhada por Bourdieu (2000) por meio do conceito de capital social. Na sociologia contemporânea, a sociologia relacional propõe conferir aos processos sociais dinâmicos a centralidade das análises, dando novo destaque às relações como fundamento do mundo social (EMIRBAYER, 1997; DÉPELTEAU, 2013). Alinhados com a proposta pragmática do novo campo de reanalisar as bases epistemológicas e ontológicas da sociologia clássica (DONATI, 2011), os sociólogos relacionais preocupam-se de que as teorias relacionais sejam aplicadas em pesquisas empíricas por metodologias relacionais (CROSSLEY, 2018).

O foco em relações e padrões relacionais requer “[...] um conjunto de métodos e conceitos analíticos distintos dos métodos estatísticos e de análise de dados tradicionais” (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 3). Neste contexto, a análise de redes sociais constitui um amplo conjunto de métodos aplicáveis aos dados relacionais (HIGGINS; RIBEIRO, 2018). Tradicionalmente, a ARS utiliza métodos matemáticos de análise e visualização de redes, baseados na teoria dos grafos e em matrizes, e conta com múltiplos indicadores de conceitos teóricos. As análises incluem desde propriedades da rede (tamanho, densidade, homofilia) a atributos dos nós que a compõem (centralidade de grau, assortividade, intermediação, eigenvector, entre outros), permitindo a visualização de complexos padrões relacionais em sociogramas. Atualmente, contudo, seu uso nas ciências sociais é mais variado. Para além da análise quantitativa, a ARS pode ser utilizada em uma perspectiva normativa, para tornar redes já existentes mais eficientes, como realizado pelos estudos que visam a melhorar a entrega de serviços em políticas públicas (MARQUES, 2010). Além disso, é possível fazer um uso metafórico da análise de redes, baseado em termos descritivos das redes. Essa aplicação da ARS é mais adequada à investigação de padrões de relações sem grande complexidade e sem grande volume de dados produzidos, explorando os padrões de sociabilidade por meio de narrativas (MARQUES, 2010). Essa foi a estratégia utilizada para a análise dos casos descritos nesta seção e que amparam a argumentação do artigo.

No Brasil, o uso da metodologia destaca-se nos trabalhos sobre pobreza e segregação de Eduardo Marques (2010, 2012, 2019), produzidos no âmbito do Centro de Estudos das Metrôpoles (CEM). Embora as coletâneas produzidas

no CEM tenham investigado a mediação relacional a uma série de estruturas de oportunidades e de bens e serviços (GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO; VIEIRA, 2012; MARQUES; CASTELLO; BICHIR, 2012; MOYA; MARQUES, 2012; LOTTA, 2012; PAVEZ; TOLEDO; GONÇALVES, 2012), o apoio social e as estratégias de cuidado não aparecem frequentemente nas análises das mediações relacionais. Na revisão de literatura realizada para a delimitação da pesquisa, apenas um trabalho fazia uso da sociologia relacional como referencial teórico para a investigação do cuidado (GIL, 2016). No Brasil, a maioria dos artigos sobre cuidado e análise de redes sociais enfatizam situações de dependência. Prevalecem aqueles produzidos na área da saúde, que enfocam a importância das redes sociais dos pacientes em tratamento de doenças crônicas e hospitalizações, a integração das equipes na atenção primária e os processos relacionais do acesso dos indivíduos aos serviços de saúde. Assim, a perspectiva que se pretende propor, investigando o cuidado infantil com uso de análise de redes sociais, foi pouco explorada até o momento.

Para Marques, “as redes sociais compõem o tecido das relações entre indivíduos, grupos e entidades nas sociedades, estruturando os campos onde os fenômenos sociais acontecem” (MARQUES, 2012, p. 9). São uma forma de mensurar a sociabilidade dos sujeitos por meio da análise de “padrões complexos de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo de trajetórias de vida e em constante transformação” (MARQUES, 2010, p. 120), os quais exercem influência sobre o acesso dos indivíduos ao bem-estar. Enquanto elemento básico do tecido da rede, as relações podem ser observadas tanto em nível micro como macro. No primeiro, enfatiza-se como influenciam a satisfação de necessidades individuais e cotidianas, como busca por emprego (GUIMARÃES; ANDRADA; PICANÇO; VIEIRA, 2012), acesso a mercados (MARQUES; CASTELLO; BICHIR, 2012) e apoio social (MOYA; MARQUES, 2012). No segundo, enfoca-se processos políticos de interação entre grupos da sociedade civil e Estado; as conexões entre agentes, atores estatais e sociedade; e a implementação de políticas públicas (LOTTA, 2012; PAVEZ; TOLEDO; GONÇALVES, 2012).

Os estudos de Marques (2012) demonstram que as piores situações sociais são associadas a redes com alto padrão de homofilia e localidade – isto é,

constituídas por indivíduos com características similares e com vínculos restritos a regiões geográficas limitadas, como bairros e vizinhanças. Os indivíduos com melhor acesso a bens e serviços, por sua vez, seriam aqueles com redes que incluem laços mais diversos e que extrapolam o seu local de residência. Assim, de forma geral, os resultados sugerem que “[...] certos tipos de sociabilidade e de redes estão mais frequentemente associados a melhores ou piores situações sociais, e como os mecanismos relacionais ajudam a explicar as diferenças entre as redes, assim como entre as situações sociais” (MARQUES, 2012, p. 21).

Associando os pressupostos da análise de redes – isto é, de que as relações sociais dos indivíduos, e não apenas seus atributos individuais, influenciam suas condições de vida – à satisfação do cuidado nas famílias, a análise de redes sociais mostra-se útil para investigar as estratégias de cuidado. Considerando o papel destacado que assumem os laços pessoais nas estratégias de cuidado desenvolvidas em contextos de pobreza (GUIMARÃES; HIRATA, 2020; FERNANDES, 2021; MORENO, 2019; FONSECA, 1995; FONSECA; FIETZ, 2018), conferindo ao cuidado um caráter relacional, emergem uma série de perguntas que podem compor uma agenda de pesquisa dos estudos do cuidado com o uso quantitativo, normativo ou metafórico de análise de redes. Por exemplo, qual a influência das relações pessoais das cuidadoras nas estratégias de cuidado por elas desenvolvidas? Mulheres com redes maiores, mais diversas e menos locais teriam maior facilidade de acesso aos serviços públicos de cuidado de crianças? Em caso positivo, estas redes seriam significativas também para sua inserção profissional? Ainda, cuidadoras com vínculos comunitários mais consolidados, conectadas com líderes comunitários ou agentes comunitários de saúde, teriam maior acesso a fluxos de informações sobre vagas em creches ou benefícios da assistência social? Ou, pelo contrário, para o acesso aos serviços públicos não importaria o tamanho da rede, mas sim a posição da cuidadora em uma rede mais ampla, a densidade dos laços sociais que facilitariam este caminho ou a esfera de sociabilidade a que pertencem?

Para responder a estes questionamentos, as redes sociais das cuidadoras podem ser analisadas tanto em seu potencial micro como macro. Ao nível micro, pode-se perguntar como, diante do déficit de vagas em creches públicas,

estratégias informais de cuidado infantil são organizadas a nível familiar e comunitário. Neste caso inclui-se o uso de cuidadores informais e casas de “tomar conta” na vizinhança, a mobilização de laços familiares estendidos e arranjos familiares nos quais crianças e adolescentes são responsáveis pelo cuidado dos mais jovens. Ainda que a família seja sugerida como a principal esfera de sociabilidade ativada para o cuidado, esta linha de investigação abre oportunidades para explorar como redes de cuidado e redes de solidariedade entre mulheres se formam, em especial em tempos de pandemia e crise do cuidado, para contornar o déficit de políticas públicas e as limitações de acesso aos serviços privados. Assim, se o acesso a uma vaga na educação infantil é capaz de amenizar a sobrecarga feminina nos lares e facilitar seu acesso ao mercado de trabalho (SORJ, 2013), as relações pessoais também podem ser capazes de influenciar estes fatores ao redistribuir tarefas de cuidado entre vizinhos ou outras pessoas dispostas a assumir atividades antes entendidas como exclusivamente privadas e individuais.

Ao nível macro, pode-se buscar compreender em que medida o acesso a serviços públicos de cuidado infantil, em especial educação infantil, é mediado relacionalmente. Isso inclui, por exemplo, como relações pessoais favorecem o fluxo de informações sobre oferta de vagas em creches, períodos de matrícula, ou inclusive exercem influência pessoal direta no acesso a uma vaga. Como exemplo disso, Zibecchi (2014) explica que vínculos pessoais derivados das relações cotidianas possibilitam o acesso às organizações vinculadas ao cuidado infantil, como creches comunitárias. No mesmo sentido, Moya e Marques (2012) indicam que, ainda que a mediação das instituições tenda a reduzir os graus de personalização das relações, estas permanecem mediando o acesso entre organizações do Estado e os cidadãos mesmo em contextos de universalização de políticas públicas.

Em ambos os casos (tipos de sociabilidade envolvidos em apoio social direto e mediações para acesso a serviços e políticas públicas) as redes sociais são potencialmente capazes de influenciar as estratégias de cuidado desenvolvida pelas famílias e, por conseguinte, a sobrecarga das cuidadoras. No caso da ativação de diferentes esferas de sociabilidade, como vizinhos ou amigos, a

família pode deixar de ser a única estratégia possível de delegação do cuidado para cuidadoras em situação de pobreza, viabilizando sua maior autonomia. No caso de mediação a serviços públicos, como recebimento de fluxos de informação ou viabilização direta de vagas em creches, as redes mediam o acesso a políticas públicas, viabilizando uma melhor redistribuição com a esfera pública das atividades de cuidado.

Dois casos empíricos ilustram o potencial da metodologia para a investigação do cuidado infantil. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com cuidadoras primárias¹ de crianças de até cinco anos de idade em bairros periféricos da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A opção por um roteiro de entrevista semiestruturado no lugar de um questionário gerador de nomes se deu pela dinamicidade dos arranjos de cuidado, permitindo à respondente, estimulada pelas perguntas que abordavam seus vínculos pessoais, discorrer sobre as diferentes estratégias utilizadas no decorrer do tempo. O uso da análise de redes foi metafórico, isto é, extraiu-se padrões de sociabilidade a partir das narrativas das respondentes (MARQUES, 2010). Construiu-se as redes egocentradas das entrevistadas e privilegiou-se três atributos principais: tamanho da rede, isto é, número de indivíduos ligados à cuidadora; força dos laços na percepção da respondente (GRANOVETTER, 1973); e diversidade da rede, considerando a esfera de sociabilidade a que os laços eram atribuídos.

Moradoras da mesma região da zona norte da cidade, Bárbara e Cibele² se identificam como as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. Seus atributos pessoais são relativamente uniformes - ambas são mulheres cisgênero com idades entre trinta e trinta e dois anos, possuem renda familiar média de dois a três salários mínimos e coabitam com homens que trabalham fora de casa. São atributos diferentes entre ambas a raça, já que uma se identifica como branca e a outra como parda, e o nível de escolaridade, que é substancialmente maior para Cibele, que concluiu o ensino médio, enquanto Bárbara

1. Do total de trinta e uma entrevistas realizadas, apenas dois dos entrevistados eram homens em posição de cuidadores principais, razão pela qual opta-se pelo uso do feminino.

2. Nomes fictícios.

não concluiu o ensino fundamental. Além disso, a renda de Cibele é supera em quase o dobro a de Bárbara, que é beneficiária do Bolsa Família. As redes em que estão inseridas possuem atributos bastante distintos que, quando examinados em conjunto com os atributos pessoais, podem oferecer caminhos para a compreensão da sua influência nas estratégias de cuidado desenvolvidas por cada uma.

Bárbara é uma mulher branca e possui dois filhos: Maicon, de quinze anos, e Fabiano, de quatro. A última vez em que Bárbara trabalhou foi antes do nascimento do primeiro filho; desde então, dedica-se às atividades domésticas e de cuidado no próprio lar, enquanto o marido trabalha. Atualmente é beneficiária do programa Bolsa Família, tendo renda individual de seiscentos reais. O primeiro filho frequenta o ensino médio durante a parte da manhã e, no contra turno escolar, participa das atividades desenvolvidas por uma organização do terceiro setor para jovens em vulnerabilidade social no bairro. O filho mais jovem, mesmo em idade para matrícula obrigatória, não frequentou a creche nem frequenta atualmente a pré-escola.

Quando questionada sobre o motivo de Fabiano não estar na pré-escola, Bárbara afirmou que gostaria de matriculá-lo, mas que foi proibida pelo marido e desistiu da ideia, mesmo tendo conseguido vaga em uma creche municipal no ano anterior, à qual chegou a renunciar. Bárbara não indicou, com exceção do marido nos períodos em que não está trabalhando, nenhuma pessoa se envolva no cuidado direto de Fabiano, não tendo vínculos que a apoiem com a criação do filho na vizinhança ou na igreja que frequenta. Quando perguntada sobre vínculos que poderiam ter contribuído no cuidado para além do envolvimento direto, como com informações ou “ajudas” de outro tipo (GUIMARÃES, 2020), mencionou apenas a irmã, que teria indicado um CRAS para um benefício para Fabiano, e uma liderança comunitária na região onde reside, que durante a pandemia do Coronavírus teria oferecido doações de material escolar e ranchos. Segundo Bárbara, nenhuma dessas pessoas recebeu nada em troca pelas “ajudas”.

O sociograma da estratégia de cuidado utilizada Bárbara é composto apenas pelos filhos, pelo marido, pela irmã e por esta liderança comunitária. A irmã e a liderança, que pertencem às esferas de sociabilidade de família e

vizinhança, foram consideradas por Bárbara como vínculos fracos com contato esporádico. Seu caso exemplifica uma estratégia de cuidado familiar intensivo, com responsabilidade exclusiva sua, com vínculos fortes restritos ao marido e um reduzido número de nós, gerando uma sociabilidade bastante limitada. Em síntese, Bárbara é uma cuidadora intensiva do filho mais jovem, e seus acessos a fluxos de informação são concentrados em dois vínculos fracos e de esferas de sociabilidade não familiar-nuclear.

Cibele, por sua vez, possui uma rede maior e mais diversa. É a cuidadora principal de duas filhas: Lívia, de um ano e sete meses, de quem cuida intensivamente durante o dia, e Marcela, de cinco anos, que frequenta a pré-escola em uma instituição da rede conveniada do município de Porto Alegre em turno integral. Cibele cuida de Lívia durante a manhã e tarde, levando e buscando Marcela na escola; à noite, frequenta um curso técnico por três dias na semana. Beneficiária do Bolsa Família até pouco tempo, Cibele disse ter seu benefício interrompido por ter começado a trabalhar de casa como secretária do próprio companheiro, tendo renda individual de mil e quinhentos reais mensais. Seu companheiro trabalha fora de Porto Alegre e, no período noturno dos dias em que possui curso, uma vizinha ou uma sobrinha ocupam-se do cuidado de suas crianças. A primeira inicialmente recebia pequenas quantias em dinheiro pela ajuda mas, em razão de um problema de saúde, havia sido recentemente substituída pela segunda, de quatorze anos, que recebe “um dinheirinho” e, eventualmente, roupas.

A rede pessoal de Cibele é composta por um maior número de vínculos do que a de Bárbara. Das pessoas mencionadas por ela por terem contribuído direta ou indiretamente (com informações ou recomendações) para o cuidado das filhas, além do marido, estão sua sobrinha, sua vizinha, sua avó, sua tia, sua mãe e uma liderança comunitária da região. Os vínculos se estendem pelas esferas de sociabilidade familiar e vicinal/amizade; de todos eles, contudo, os únicos avaliados por ela como laços fortes foram o marido e a vizinha. Além de uma rede mais ampla, Cibele possui uma estratégia de cuidado familiar menos intensa, sendo capaz de externalizar o cuidado a outros indivíduos fora do núcleo familiar. Nas suas palavras, “eu conto realmente com as minhas

vizinhas e não com a minha família. Realmente com as... qualquer lá onde que eu moro, com qualquer vizinha. Parente nunca pode”.

Nas redes pessoais de Bárbara e Cibele, a estratégia de cuidado é predominantemente familiar, pois são elas as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, permanecendo com eles em casa durante o dia. Suas estratégias de cuidado familiares possuem, contudo, diferentes intensidades. No caso de Bárbara, que não indicou nenhum indivíduo a quem possa delegar o cuidado de Fabiano, a responsabilidade pelo cuidado é exclusivamente sua. No caso de Cibele, a existência de um laço forte com a vizinha, associado com a possibilidade de remunerar pequenas quantias de dinheiro pelo cuidado da filha no turno da noite, permite que frequente um curso profissionalizante. Neste sentido, pode-se sugerir que atributos pessoais, como a renda, ao interagirem com atributos relacionais, como a existência de uma rede maior e mais diversa, criam condições que influenciarão o acesso diferentes oportunidades de emprego e renda entre as duas mulheres.

Ainda que a análise das redes pessoais das duas cuidadoras não nos permita generalizar relações entre as estratégias de cuidado e as redes sociais das cuidadoras – e, muito menos, a concluir unidimensionalmente acerca de sua empregabilidade e autonomia financeira –, os casos relatados ilustram uma possível análise relacional sobre o cuidado infantil. A metodologia relacional permite compreender a multidimensionalidade das condições de vida dos indivíduos, já que as relações pessoais compõem padrões dinâmicos que as influenciam, condicionando sua ação e seu acesso aos serviços públicos, ao emprego e a outras oportunidades de satisfação do bem-estar. Com isso, a análise deve considerar, além dos atributos relacionais e pessoais, as possíveis interações entre eles, questionando como renda e raça interagem com os vínculos formados e as possibilidades de externalização do cuidado para além da família. O uso da análise de redes, seja quantitativo, seja metafórico, pode contribuir para a compreensão do cuidado como atividade relacional, abrindo caminhos para a investigação da influência dessas redes na forma em que o cuidado é desenvolvido.

Considerações finais

Considerando o cuidado infantil, em especial nos contextos de pobreza, como uma atividade cuja satisfação no cotidiano das famílias acontece sobretudo por mobilizações relacionais, o artigo propõe o uso de uma metodologia relacional, a análise de redes sociais (ARS), para a compreensão das estratégias desenvolvidas pelas famílias para o cuidado de crianças. Argumenta-se que uma perspectiva relacional permitiria a compreensão de padrões de sociabilidade que são ativados para gerar soluções para problemas de cuidado cotidianos nas vidas das cuidadoras, e que o da análise de redes pode iluminar a uma importante intersecção entre organização social do cuidado e relações sociais.

Em síntese, sugere-se que ontologia relacional sobre a pobreza desenvolvida nos trabalhos de Marques (2010, 2012) podem servir como ponto de partida para o estudo do cuidado infantil nestes mesmos contextos de vulnerabilidade. Para o autor, sua compreensão multidimensional das condições de vida dos indivíduos supera a análise exclusiva dos atributos pessoais para considerar a forma como as relações sociais influenciam o acesso ao bem-estar. O cuidado, entendido como uma atividade organizada socialmente e realizada por diversos atores, também pode ser investigado por uma perspectiva relacional. Pode-se investigar como as relações familiares ou de vizinhança podem atuar na satisfação direta do cuidado, e também como podem interagir com a burocracia do nível de rua dos serviços públicos e influenciar o acesso à provisão estatal de cuidado. O uso da análise de redes, enfim, pode servir como uma abordagem metodológica de destaque para a investigação das mediações relacionais que os indivíduos fazem para a satisfação do cuidado no cotidiano, isto é, de como as relações sociais influenciam o desenvolvimento de diferentes estratégias de cuidado.

Este uso da análise de redes sociais, enfocando as necessidades de cuidado por uma perspectiva sociológica, é incipiente na literatura das ciências sociais. Sua utilização oferece aos estudos sobre o cuidado uma oportunidade de, para além da descrição do cuidado como satisfeito pelas relações sociais dos indivíduos, investigar como diferentes configurações relacionais são capazes de influenciar distintas estratégias de cuidado. Propõe-se, assim, que uma agenda

de pesquisa com esta preocupação poderá iluminar como as estratégias de cuidado não são apenas configuradas pelos atributos das cuidadoras – classe, raça, escolaridade, renda, entre outros – mas também, em associação a eles, por seus atributos relacionais – isto é, as relações sociais que são capazes de mobilizar e pelas oportunidades por elas trazidas.

Referências

BATTHYÁNY, Karina; GENTA, Natalia; SCAVINO, Sol. Análisis de género de las estrategias de cuidado infantil en Uruguay. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 47, n. 163, pp. 292–319, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143710>. Acesso em: 04 jan. 2023.

BATTHYÁNY, Karina. **Recorridos latinoamericanos de los cuidados**. In: BATTHYÁNY, Karina (Org.). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2020, pp. 11-51.

BATTHYÁNY, Karina. **Políticas del cuidado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) **Escritos de Educação**, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2007b, pp. 67-69.

CROSSLEY, Nick. Networks, Interactions and Relations. In: DÉPELTEAU, François (Org.). **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2018, pp. 481-498.

DÉPELTEAU, François. What is the direction of the “Relational Turn”? In: DÉPELTEAU, François; POWELL, Christopher. **Conceptualizing Relational Sociology**. Ontological and theoretical issues. New York: Palgrave MacMillan, 2013, pp. 163-185.

DELPHY, Christine. **Close to home: a materialist analysis of women’s oppression**. London: Hutchinson, 1984.

DONATI, Pierpaolo. **Relational sociology: A new paradigm for the social sciences**. New York: Routledge, 2011.

EMIRBEYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**, vol. 103, n. 2, pp. 281-317, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/>

stable/10.1086/231209?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. **La organización del cuidado de niños y niñas en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11362/27849>. Acesso em: 04 jan. 2023.

FAUR, Eleonor. **Organización Social Del Cuidado Infantil En La Ciudad De Buenos Aires: el rol de las instituciones públicas y privadas (2005-2008)**. 2009. 301f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2009.

FAUR, Eleonor. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres–madres. Un estudio en dos barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. **Las lógicas del cuidado infantil**. Buenos Aires: IDES, 2012, pp. 107-163.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019. E-book.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia (São Paulo, online)**, v. 64, pp. 1–22, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189648>. Acesso em: 04 jan. 2023.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FONSECA, Claudia; FIETZ, Helena. Collectives of care in the relations surrounding people with ‘head troubles’: family, community and gender in a working-class neighborhood of southern Brazil. **Sociol. Antropol.**, v. 8, n. 1, pp. 223-243, abril. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v8i1>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GAGO, Veronica. Neo-comunidad: circuitos clandestinos, explotación y resistencias. In SOLÍS, Cristina Vega; MARTÍNEZ-BUJÁN, Raquel; PAREDES, Myriam (Org.). **Cuidado, comunidad y común: experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018, pp. 75-92.

GHERARDI, Natalia; PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla. **De eso no se habla: el cuidado en la agenda pública**. Estudio de opinión sobre la organización

del cuidado. (1ª Ed.). Buenos Aires: Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (ELA), 2012. Disponível em: <http://www.ela.org.ar/a2/objetos/adjunto.cfm?codcontenido=814&codcampo=20&aplicacion=app187&cnl=14&opc=49>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GIL, Nuria Garro. La relación de cuidado en la familia. **SIPS – Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria**, vol. 27, pp. 313-321, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/293783034_La_relacion_de_cuidado_en_la_familia. Acesso em: 04 jan. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; ANDRADA, Ana Carolina; PICANÇO, Monise; VIEIRA, Priscila. Redes sociais e obtenção de trabalho: trajetórias, atributos e relações. In: MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas**. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 111-142.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena. Pensar o Trabalho pela Ótica do Cuidado, Pensar o Cuidado pela Ótica das suas Trabalhadoras. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, pp. 27-52.

GUIMARÃES, Nadya. O Cuidado e seus Circuitos: Significados, Relações, Retribuições. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, p. 91-127.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. As “ajudas”: O cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, pp. 5–22, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. O Cuidado e as “Ajudas”. In:

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020b, pp. 161-187.

GRANOVETTER, Mark. The strength of “weak” ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, pp. 1360–1380, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2776392>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HIRATA, Helena. O Cuidado em uma Perspectiva Internacional. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020, pp. 213-241.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antônio Carlos. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. Brasília: ENAP, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Educação. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2020, pp. 125-150. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/201007_BPS27_educacao.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia Implementadora e o Combate à Pobreza: Agentes Comunitários de Saúde em três cidades brasileiras. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 277-303.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2010. E-book.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Introdução. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, p. 9-18.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Redes pessoais e acesso a mercados. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 69-80.

MARQUES, Eduardo. Notes on networks, the state, and public policies. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, pp. 1–11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00002318>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre família, Estado e mercado**: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e cuidado. 2019. 329f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOYA, Encarnación; MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Trocas sociais, apoios e mecanismos relacionais. In MARQUES, Eduardo Cesar Leão (org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 81-109.

PAVEZ, Thais Regina; TOLEDO, Demétrio Gaspari Cirne de; GONÇAVES, Renata Rocha. Atores e redes no debate da segurança pública. In: MARQUES, Eduardo Cesar Leão (Org.). **Redes sociais no Brasil**: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. São Paulo: Editora Fino Traço, Centro de Estudos da Metrópole, 2012, pp. 305-334.

SIMMEL, Georg. **Sociology**: Inquiries into the construction of social forms. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 573–594, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (org.). **Trabalho doméstico e de cuidados**: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008, pp. 77-90. E-book.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, n. 149, pp. 478-491, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SORJ, Bila; GAMA, Andrea. Family Policies in Brazil. In: ROBILA, Michaela (Ed.). **Handbook of Family Policies across the Globe**. Nova Iorque: Springer, 2014, pp. 459-471.

WASSEMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social Network Analysis**: Methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva, volume I**. Tradução: Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2015.

ZIBECCHI, Carla. Cuidadoras del ámbito comunitario: entre las expectativas de profesionalización y el 'altruismo'. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, v. 18, n. 50, p. 129, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.50.2014.1433>. Acesso em: 04 jan. 2023.

Recebido: 20/04/2023

Aceito: 12/06/2023